



Gestão Comunitária dos Recursos Naturais

Relatorio de trabalho sobre “*Estudo sobre o acesso das comunidades aos recursos naturais na província de Cabo Delgado*”.

Introducao

Pretende-se com o presente relatorio reportar em termos gerais os aspectos importantes relacionado com o estudo realizado sobre acesso das comunidades e outros intervenientes aos recursos naturais.

O estudo foi realizado na Provincia de Cabo Delgado teve como titulo generico “Estudo sobre o acesso das comunidades aos recursos naturais na província de Cabo Delgado”.

Com financiamento do ESAPP Eastern and Southern Africa Partnership Programme da Universidade de Berna o estudo foi realizado pelo CEPKA (Centro de Pesquisa KONRAD ADENAUER), da Faculdade de Direito, da Universidade Catolica de Mocambique, uma instituição vocacionada no desenvolvimento de investigação e pesquisa, formação, extensão nas áreas sociais, tendo como uma das áreas de trabalho neste domínio social; direito de posse e aproveitamento de terra, desenvolvimento rural.

O estudo teve um periodo preparatorio de revisao bibliografica antes do trabalho no terreno que consistiu em visitas aos locais previamente estabelecidos e entrevistas.

Locais da realizacao do estudo

Como foi dito antes o estudo teve amostragens área de concessão florestal por arrendamento, concessão por licença simples, de conservação/reserva e gestão comunitária. Estudo decorreu com estudos de caso em 5 distritos, nomeadamente Montepuez (2 estudos de caso), Mecufi, (1 estudo de caso) Ancuabe (1 estudo de caso), Chiure (1 estudo de caso) e Pemba-Metuge (1 estudo de caso) O estudo foi realizado durante 17 dias do mes de Novembro, e no dia 21 de Dezembro foi feita a apresentacao do resultado do estudo.

Nao foi possivel realizar em Nangade (area de concessao por arrendamento) uma vez que o representante da concessao nao estava disponivel, mesmo para a concessao de Nairoto depois da promessa feita pelo concessionario este nao compareceu e as entrevistas foram feitas aos membros das comunidades). A razao deve-se a facto de ser uma area problematica onde praticamente nao ha control e uma visita ou entrevista nunca é vista com bons olhos pelos concessionarios. Em vez de Nangade o programa foi mudado para Nairoto.

Alem das visitas previamente programadas foram feitas conversas paralelas ao longo do trabalho com varios intervenientes que serviu para confirmacao de alguns dados.

Ambito do estudo

O trabalho foi realizado no ambito de análise das questões do acesso das comunidades aos recursos naturais, tendo em vista a identificação das categorias de actores locais e externos, das instituições e das organizações

ligadas ao manejo dos recursos naturais e as respectivas articulações mútuas com diferentes intervenientes

Composicao da equipe

A equipe que procedeu o estudo era composta por 3 consultores, sendo 2 do CEPKA 1 da Gecorena

Resultados

Em termos gerais as conclusões chegadas durante o trabalho alguns aspectos de destaque importa frizar:

Falou-se muito da fiscalização, isto por parte de membros de algumas comunidades e ONGs. O manejo implica um certo control dos recursos. O que se vê nas áreas de corte é que os recursos estão sendo explorados por pessoas de fora. Os membros das comunidades não sabem do valor destes recursos, ouvem dizer que valem muito e muitas vezes veem madeira cortada no mato sem ser escoada e muitas vezes estas estão sujeitas a acção do fogo a se estragarem e nas escolas os alunos não têm carteiras etc.

As leis são aprovadas, mas quem devia fazer a divulgação destas não o faz por não terem meios para tal e relegam para terceiros, principalmente as ONGs, so que quando se pretende implementar existe o problema de mecanismos de implementação por parte do Estado, isto é as leis são publicadas mas não implementadas devido a falta de mecanismos de implementação.

Os comités de gestão, grupos de interesse estão muito fragilizados. Não existe uma estratégia comum para formação destes grupos, nem estratégia de capacitação destes.

Existe um certo medo pelas estruturas do Estado na base com a criação destes grupos ou comités. Pensam que veem tirar o poder dos actuais secretários ou presidentes de bairro.

A centralização é ainda um grande problema o que se sabe é que o poder está nos níveis mais altos principalmente nas zonas urbanas. Nas zonas rurais sempre esperam “ordens superiores”

Da nova Lei de Florestas parece que nada mudou, simplesmente algo novo é a questão dos 20% para as comunidades (que nem as comunidades sabem e isto já deveria entrar em vigor há 2 anos)

Sobre as consultas comunitárias ela é feita numa maneira que não está percebida no regulamento. Os concessionários ou interessados no corte de madeira fazem uma série de promessas às comunidades para conseguirem autorização da comunidade e depois disto nunca cumprem com as suas obrigações.

Apresentação dos resultados do estudo

Depois de elaborado o relatório de estudo seguiu-se a apresentação do resultado do estudo.

O encontro realizou-se na sala de reuniões do Hotel Cabo Delgado no dia 21 de Dezembro, e contou com a participação de representantes de algumas instituições e ONGs nomeadamente: Helvetas, Associação do Meio Ambiente de Cabo Delgado, Gecorena, Instituto de Desenvolvimento de Pesca a Pequena Escala, Administração Marítima de Pemba, Direcção Provincial do Turismo, Membros do Comité de co-gestão de Mecufi, Unidade Provincial de Maneio Comunitário dos Recursos Florestais Faunísticos e alguns técnicos em serviços nas áreas de gestão comunitária.

A tonica da discussao gerou-se a volta da falta de colaboracao a nivel do distrito e provincial. Falou-se da fiscalizacao, das leis que nao sao cumpridas, dos cortes ilegais que acontecem, das promessas que sao feitas durante as consultas comunitarias e nao sao cumpridas, da divulgacao da lei e regulamento que é feito mas dos poderes que nao existem a nivel de base contrariamente ao preceituado em alguns casos no regulamento etc. (ex: fala-se de consulta comunitaria, mas os concessionarios aoarecem a com licencas sem terem consultados a comunidade, fala-se de fiscais comunitarios mas estes nao teem poder, fala-se de certa percentagem das multas para a comunidade mas as comunidades nao sabem o que acontece ao nivel seguinte etc).

Pemba, aos 15 de Dezembro de 2004